

CLIPPING IMPRESSO

25/11/2021

INDICE

1. AÇÕES TJMA	
1.1. JORNAL O PROGRESSO.....	1
1.2. JORNAL PEQUENO.....	2 - 4
2. DESEMBARGADOR	
2.1. JORNAL PEQUENO.....	5
3. ESMAM	
3.1. JORNAL PEQUENO.....	6
4. PRECATÓRIOS	
4.1. JORNAL O IMPARCIAL.....	7
5. PRESIDÊNCIA	
5.1. JORNAL O DEBATE.....	8 - 9
5.2. JORNAL O IMPARCIAL.....	10
6. SERVIDOR PÚBLICO	
6.1. JORNAL PEQUENO.....	11 - 12
7. UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO	
7.1. JORNAL ATOS E FATOS.....	13

Casamento comunitário oficializa união de oito internos de Presidente Dutra



Com o apoio da Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Tribunal de Justiça do Maranhão (UMF/TJMA), uma cerimônia de casamento comunitário celebrou a união de oito internos da Unidade Prisional de Presidente Dutra, no Maranhão. A iniciativa é uma adaptação do projeto da Corregedoria Geral de Justiça (CGJ-MA).

A cerimônia - realizada no último dia 18 de novembro - se deu após vários internos demonstrarem interesse em fazer o reconhecimento da união. O momento foi presidido e organizado pela juíza da 1ª Vara da Comarca de Presidente Dutra, Michelle Amorim Sancho Souza Diniz.

Também estavam presentes o diretor da Uni-

dade Prisional, Samuel Lopes Soares Gomes; o promotor de justiça Clodoaldo Nascimento Araújo; o defensor público Ian Barbosa Nascimento; o tabelião do 2º Ofício Extrajudicial, Vitor de Lima Vaz Sardinha; o comandante do 18º Batalhão da Polícia Militar, Senilsom Lima da Silva; e o delegado de Polícia Civil Jânio

César Ferro Vilela. Todos os envolvidos apoiaram e contribuíram para a concretização do evento.

CASAMENTO COMUNITÁRIO

O casamento comunitário, que teve início em 1998, é um meio que possibilita que milhares de casais de baixa renda, sem qualquer despesa cartorária, façam o reconhecimento da união.

Geral

■ *Página. 5*

**São Luís sedia encontro de corregedores-
gerais dos tribunais de Justiça do Brasil
nesta quinta-feira (25)**

DEBATE

São Luís sedia encontro de corregedores-gerais dos tribunais de Justiça do Brasil nesta quinta-feira (25)

O tema "Justiça 4.0 - A transformação digital dos serviços do Judiciário brasileiro" estará em debate durante o 87º Encontro do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil – Encoge, que será realizado presencialmente, na quinta e sexta-feira, 25 e 26 de novembro, no Hotel "Blue Tree", em São Luís, a partir das 9h, com a presença de magistrados e especialistas convidados e transmissão pelo youtube da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA).

O Encoge se propõe a discutir diretrizes, uniformizar métodos e critérios administrativos e estudos acerca do

aprofundamento dos temas e questões relacionadas à atividade correcional, e apresentar propostas de solução destinadas à Corregedoria Nacional de Justiça, dentre outros assuntos.

Nos dois dias do evento, desembargadores, juízes e autoridades convidadas vão participar da discussão de experiências e soluções para o aprimoramento dos serviços judiciais e extrajudiciais, no âmbito da Justiça de primeira instância, a serem adotadas pelas corregedorias do Poder Judiciário nos estados. O resultado dos debates vão compor a Carta do Encoge, documento deliberativo do evento, que conterà os enunciados resultantes da pauta.

As discussões incluem as boas práticas relacionadas à temática central do evento como teletrabalho; casamentos comunitários virtuais; cartórios digitais; SREI; Serviços de Apoio Centralizado; Central de Regularização de Vagas; Projeto "Sigma" e Laboratório de Inovação e Núcleos de "Justiça 4.0". As palestras serão ministradas por magistrados federais e estaduais e especialistas convidados.

PROGRAMAÇÃO

O corregedor-geral da Justiça do Maranhão, desembargador Paulo Velten e presidente do Colégio de Corregedores Gerais da Justiça do Brasil, presidirá o encontro, que terá a participação da ministra Maria Thereza de Assis

Moura, corregedora nacional de Justiça; do ministro Reynaldo Soares da Fonseca, do Superior Tribunal de Justiça; e do presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Lourival Serejo, além de membros da Corte estadual, na abertura dos trabalhos, às 9h. O primeiro dia da programação de palestras terá início às 10h, com o juiz corregedor Silvio José Franco (CGJ-SC), sobre "Desenvolvimento de Serviços de Apoio Centralizado e o Impacto na Prestação Jurisdicional". Às 11h, o corregedor-geral da Justiça do Tribunal de Justiça do Paraná, desembargador Luiz Cezar Nicolau, expõe sobre "Teletrabalho: riscos e oportunidades".

CCJ

Votação da PEC dos Precatórios será dia 30

A decisão resulta de acordo com lideranças partidárias; nesta quarta-feira (24/11), o relator da proposta, Fernando Bezerra (MDB-PE), fez a leitura do seu parecer

O presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), marcou para a próxima terça-feira (30/11) a votação da PEC dos Precatórios, com a qual o governo pretende viabilizar o Auxílio Brasil de R\$ 400, em substituição ao Bolsa Família. A decisão resulta de acordo com lideranças partidárias.

Durante reunião do colegiado, nesta quarta-feira (24/11), o relator da proposta, Fernando Bezerra (MDB-PE), que é líder do governo no Senado, fez a leitura do seu parecer.

Alcolumbre marcou a data da votação da PEC após um pedido de vista coletiva, apresentado por membros da CCJ. Muitos deles reclamaram de terem tido acesso ao parecer do relator poucas horas antes do início da reunião.

A PEC dos Precatórios, segundo estimativas do governo, pode abrir um espaço fiscal de R\$ 106 bilhões no orçamento de 2022. Essa folga seria obtida por meio de mudanças no cálculo do teto de gastos e da definição de um limite para o pagamento dos R\$ 89 bilhões previstos para serem quitados, no ano que vem, na forma de precatórios — dívidas da União reconhecidas pela Justiça.

O governo corre para aprovar a PEC a tempo



ALCOLUMBRE MARCOU DATA APÓS PEDIDO DE VISTA COLETIVA PELOS MEMBROS DA CCJ

de conseguir pagar o Auxílio Brasil de R\$ 400 em dezembro, antes do Natal, a 17 milhões de famílias.

Mudanças

O relator promoveu uma série de mudanças no texto para reduzir as resistências entre os senadores. Uma

das principais alterações é a que torna o Auxílio Brasil um programa permanente, e não com vigência apenas até dezembro de 2022. Muitos parlamentares criticaram a proposta original do governo, já aprovada pela Câmara, a qual definiram como sendo eleitoral.

O governo articula para que, após uma eventual aprovação da PEC na CCJ, a proposta seja logo levada para votação no plenário do Senado. Na sequência, em razão das mudanças feitas pelo relator, o texto retornaria para nova análise dos deputados.

JUDICIÁRIO

Corregedores-gerais da Justiça reúnem-se na ilha

O tema “Justiça 4.0 – A transformação digital dos serviços do Judiciário brasileiro” estará em debate durante o 87º Encontro do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil – Encoge, que será realizado presencialmente, na quinta e sexta-feira, 25 e 26 de novembro, no Hotel “Blue Tree”, em São Luís, com a presença de magistrados e especialistas convidados e transmissão pelo youtube da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA).

O Encoge se propõe a discutir diretrizes, uniformizar métodos e critérios administrativos e estudos acerca do aprofundamento dos temas e questões relacionadas à atividade correcional, e apresentar propostas de solução destinadas à Corregedoria Nacional de Justiça, dentre outros assuntos.

Nos dois dias do evento, desembargadores, juízes e autoridades convidadas vão participar da discussão de experiências e soluções para o aprimoramento dos serviços judiciais e extrajudiciais, no âmbito da Justiça de primeira instância, a serem adotadas pelas corregedorias do Poder Judiciário nos estados. O resultado dos debates vão compor a Carta do Encoge, documento deliberativo do evento, que conterà os enunciados resultantes da pauta.

As discussões incluem as boas práticas relacionadas à temática central do evento como teletrabalho; casamentos comunitários virtuais; cartórios digitais; SREI; Serviços de Apoio Centralizado; Central de Regularização de Vagas; Projeto “Sigma” e Laboratório de Inovação e Núcleos de “Justiça 4.0”. As palestras serão ministradas por magistrados federais e estaduais e especialistas convidados.

PROGRAMAÇÃO

O corregedor-geral da Justiça do Maranhão, desembargador Paulo Velten e presidente do Colégio de Corregedores Gerais da Justiça do Brasil, presidirá o encontro, que terá a participação da ministra Maria Thereza de Assis Moura, corregedora nacional de Justiça; do ministro Reynaldo Soares da Fonseca, do Superior Tribunal de Justiça; e do presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Lourival Serejo, além de membros da Corte estadual, na abertura dos trabalhos, às 9h.

Após os pronunciamentos, será feita a entrega da Medalha de Honra ao Mérito “Desembargador Décio Antônio Erpen” a homenageados do Poder Judiciário. Serão agraciados: ministro Reynaldo Soares da Fonseca (STJ), Caetano Levi Lopes, diretor presidente da Escola Nacional da Magistratura; desembargador Luis Francisco Aguiar Cortez, diretor da escola Paulista da Magistratura; desembargador Voltaire de Lima Moraes, presidente do Conselho dos Tribunais de Justiça; desembargador Jamil Gedeon Neto, Joaquim Figueiredo dos Anjos e Josemar Lopes Santos (TJMA), Mário Manoel Coelho de Mello, presidente do Tribunal de Contas do Amazonas; Francisco Seráfico Ferraz da Nóbrega Filho, promotor de Justiça da Paraíba a advogada Najla Buhatem Maluf, presidente da Comissão de Direito Marítimo e Portuário e Norberto José da Cruz Filho, Advogado (OAB/MA).

O primeiro dia da programação de palestras terá início às 10h, com o juiz corregedor Silvio José Franco (CGJ-SC), sobre “Desenvolvimento de Serviços de Apoio Centralizado e o Impacto na Prestação Jurisdicional”. Às 11h, o corregedor-geral da Justiça do Tribunal de Justiça do Paraná, desem-

bargador Luiz Cezar Nicolau, expõe sobre “Teletrabalho: riscos e oportunidades”.

À tarde, as palestras seguem com a apresentação dos temas “Justiça 4.0: Inovações Tecnológicas no Poder Judiciário”, com Valter Shuenquener de Araújo (secretário-geral do Conselho Nacional de Justiça); “Cartórios Digitais e SREI”, com a juíza Maria Paula Cassone Rossi (auxiliar do CNJ) e “Central de Regulação de Vagas: Garantindo Direitos por meio da Gestão Prisional Eletrônica”, com o juiz Luís Sant’Ana Lanfredi (Presidência e Coordenador do DMF do CNJ).

TECNOLOGIA

Para o corregedor maranhense e presidente do CCOGE, o futuro pós-pandemia traz inúmeros desafios à Justiça e o progresso tecnológico deve estar na pauta do debate institucional, diante da necessidade dos tribunais de estarem preparados para o uso racional dos recursos tecnológicos, gestão processual e qualificação de sua força de trabalho. “Mais uma vez, temos a oportunidade de reunir o melhor de nossas forças na busca de soluções aos desafios advindos com as rápidas mudanças, a fim de assegurar uma prestação jurisdicional mais eficiente, à luz das metas nacionais e do cumprimento da Agenda 2030”, declarou o desembargador, em mensagens aos participantes.

O 87º ENCOGE será encerrado por volta das 17h do dia 26, após a reunião plenária para elaboração e aprovação da “Carta de São Luís”, contendo os enunciados discutidos e aprovados pelo Colégio de corregedores. A programação conta, ainda, com a eleição para a presidência do CCOGE – Gestão 2022.

Vice-governador Carlos Brandão recebe medalha Cândido Mendes em cerimônia de comemoração dos 208 anos do TJMA

O vice-governador Carlos Brandão recebeu do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) a Medalha Cândido Mendes, na última sexta-feira (19), durante cerimônia de homenagem a cidadãos que prestaram serviços à Justiça estadual. A solenidade aconteceu na sede do Tribunal, em comemoração aos seus 208 anos.

No evento também foram homenageadas outras 15 pessoas, entre magistrados, magistradas, juristas e autoridades locais com a Medalha dos Bons Serviços Bento Moreira Lima, do Mérito Judiciário Antônio Rodrigues Velloso e a Medalha Especial do Mérito Cândido Mendes.

De acordo com o vice-governador Carlos Brandão, o reconhecimento do trabalho realizado até aqui em todo o estado inspira ainda mais a continuidade.

“O caráter dessa honraria muito me alegra, pois sei que a sua concessão é especial. É algo que me inspira a fazer muito mais pelo nosso Maranhão, a lutar por melhores condições de vida - mais jus-



Vice-governador Carlos Brandão é condecorado com a Medalha Cândido Mendes

tas, mais dignas -, para cada maranhense. O Tribunal de Justiça pode contar sempre com a minha máxima contribuição em levar benefícios para a população, de forma democrática”, afirmou.

O presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo, apontou que as medalhas devem recordar aos homenageados seu compromisso com a Justiça a todos aqueles que

esperam soluções.

“Chegamos a um momento da história em que o Poder Judiciário tornou-se o mais confiante depositário das esperanças dos cidadãos que anseiam pela satisfação dos seus direitos”, destacou.

Entre os 16 homenageados estavam ainda os secretários de Estado da Educação, Felipe Camarão; da Saúde, Carlos Lula; e da Administração

Penitenciária, Murillo Andrade.

Representando os laureados, o secretário Carlos Lula elogiou a atitude de todos os presentes que alcançaram o reconhecimento do Tribunal.

“É possível ostentar uma medalha como essa hoje, a honrar a Justiça, a honrar esse Tribunal, apontar para o caminho de uma sociedade mais justa, fraterna e solidária – como informa a Constituição – e tomar atitudes pensando no conjunto da sociedade e no futuro”, declarou.

Junto com o desembargador Lourival Serejo e o vice-governador Carlos Brandão, também compuseram a mesa o vice-presidente da Assembleia Legislativa, deputado Glalbert Cutrim; o presidente do Tribunal de Justiça do Piauí (TJPI), José de Ribamar Oliveira; o procurador de Justiça Francisco das Chagas Barros de Sousa; o deputado federal Edilázio Júnior; e o presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), Holídice Barros. **(Madson Fernandes - SECOM)**

Divulgação/TJMA

Carlos Brandão recebe medalha Cândido Mendes em cerimônia de comemoração dos 208 anos do TJMA

O vice-governador Carlos Brandão recebeu do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) a Medalha Cândido Mendes, na última sexta-feira (19), durante cerimônia de homenagem a cidadãos que prestaram serviços à Justiça estadual. A solenidade aconteceu na sede do Tribunal, em comemoração aos seus 208 anos.

No evento também foram homenageadas outras 15 pessoas, entre magistrados, magistradas, juristas e autoridades locais com a Medalha dos Bons Serviços Bento Moreira Lima, do Mérito Judiciário Antônio Rodrigues Velloso e a Medalha Especial do Mérito Cândido Mendes. De acordo com o vice-governador Carlos Brandão, o reconhecimento do trabalho realizado até aqui em todo o estado inspira ainda mais a continuidade.

“O caráter dessa honraria muito me alegra, pois sei que a sua concessão é especial. É algo que me inspira a fazer muito mais pelo



O vice-governador Carlos Brandão é condecorado com a Medalha Cândido Mendes

nosso Maranhão, a lutar por melhores condições de vida - mais justas, mais dignas -, para cada maranhense. O Tribunal de Justiça pode contar sempre com a minha máxima contribuição em levar benefícios para a população, de forma democrática”, afirmou. O presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo, apontou que as medalhas devem recordar aos homenageados seu

compromisso com a Justiça a todos aqueles que esperam soluções.

“Chegamos a um momento da história em que o Poder Judiciário tornou-se o mais confiante depositário das esperanças dos cidadãos que anseiam pela satisfação dos seus direitos”, destacou. Entre os 16 homenageados estavam ainda os secretários de Estado da Educação, Felipe Camarão; da Saúde, Carlos

Lula; e da Administração Penitenciária, Murillo Andrade. Representando os laureados, o secretário Carlos Lula elogiou a atitude de todos os presentes que alcançaram o reconhecimento do Tribunal. “É possível ostentar uma medalha como essa hoje, a honrar a Justiça, a honrar esse Tribunal, apontar para o caminho de uma sociedade mais justa, fraterna e solidária – como informa a Constituição – e tomar atitudes pensando no conjunto da sociedade e no futuro”, declarou.

Junto com o desembargador Lourival Serejo e o vice-governador Carlos Brandão, também compuseram a mesa o vice-presidente da Assembleia Legislativa, deputado Glalbert Cutrim; o presidente do Tribunal de Justiça do Piauí (TJPI), José de Ribamar Oliveira; o procurador de Justiça Francisco das Chagas Barros de Sousa; o deputado federal Edilázio Júnior; e o presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), Holidice Barros.



Sexta-feira (19), o Tribunal de Justiça condecorou diversas personalidades que prestaram bons serviços à sociedade, dentre elas o presidente do Supremo Tribunal Federal, Luiz Fux, que preside também o Conselho Nacional de Justiça (CNJ).



Homenageados pelo TJMA: O presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Luiz Fux, e o advogado Luís Augusto Guterres.

Condecoração I

O advogado maranhense; escritor e membro ativo da Academia Maranhense de Letras Jurídicas (Cadeira No. 15); Conselheiro Federal e Estadual da OAB-MA em vários mandatos; Luis Augusto Guterres recebeu do Tribunal de Justiça do Maranhão a medalha "Desembargador Antônio Rodrigues Velozzo" na última sexta – feira (19.11). A condecoração é reconhecimento de uma vida dedicada à prática da justiça através da advocacia, com mais de 40 anos de serviços.

Condecoração II

Outro ilustre homenageado com a honraria foi o presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Luiz Fux; que recebeu a Medalha Especial do Mérito Cândido Mendes - a mais alta comenda do Poder Judiciário maranhense. A honraria foi entregue pelo desembargador Raimundo Barros. O ministro também recebeu do presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo, a Medalha Comemorativa dos 200 anos da Corte Maranhense – a terceira mais antiga do país.

Especialistas debatem sobre efetivação dos direitos da pessoa com deficiência

No encerramento do 1º Seminário Estadual sobre Direitos Humanos da Pessoa com Deficiência, na última terça (23), especialistas discutiram sobre a efetivação do estatuto que concretiza a inclusão social e a cidadania da população com deficiência. “São mais de 24 milhões de deficientes no Brasil. Precisamos de um país com acessibilidade. Esse desafio é responsabilidade de todos os poderes, especialmente do Judiciário, que tem o dever de assegurar acessibilidade a

todos”, disse o desembargador Josemar Lopes, presidente da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão da Pessoa com Deficiência do TJMA.

O evento integra as atividades da Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, que prossegue até sexta (26), com o objetivo de incentivar a cultura institucional inclusiva. Durante a programação será lançada campanha solidária para arrecadação de cestas básicas e materiais de higiene, que serão doados a

mulheres com deficiência e em situação de vulnerabilidade social que integram o Centro Dialético dos Pais e Amigos dos Especiais (CDPAE) e o Coletivo de Mulheres com Deficiência.

Os itens podem ser entregues, de 22 de novembro a 10 de dezembro, em pontos de coleta instalados no prédio sede do TJMA, Corregedoria Geral de Justiça (Centro), Fórum de São Luís (Avenida Carlos Cunha) e Escola da Magistratura (Esmam – Calhau).

Desembargador Josemar Lopes é o novo vice-diretor da Esmam

O desembargador Josemar Lopes Santos é o novo vice-diretor da Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Esmam). A indicação do magistrado para o cargo foi aprovada por unanimidade, em sessão plenária administrativa extraordinária do Tribunal de Justiça do Maranhão, realizada ontem (24). O relator da indicação foi o diretor da escola judicial, desembargador José Jorge Figueiredo.

O novo vice-diretor substitui o desembargador João Santana, que foi homenageado em sua despedida da Esmam, no dia 25 de outubro, e,



O desembargador Josemar Lopes Santos é o novo vice-diretor da Escola Superior da Magistratura do Maranhão

posteriormente, na última sessão plenária da qual participou como membro do

TJMA, em 27 de outubro. João Santana aposentou-se no dia 28 de outubro.

MARINA RAMOS



Reynaldo Soares da Fonseca recebe a Medalha do Mérito Legislativo 2021 ao lado do deputado Edilázio Jr

Câmara entrega Medalha Mérito Legislativo a ministro maranhense indicado por Edilázio Jr

Trinta e duas autoridades brasileiras, entre elas o maranhense Reynaldo Soares da Fonseca, ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), foram agraciadas pela Câmara dos Deputados nesta quarta-feira (24) com a Medalha Mérito Legislativo, reconhecimento destinado a pessoas e entidades que prestaram serviços relevantes ao Poder Legislativo ou ao Brasil. A premiação aconteceu em sessão solene no Plenário Ulysses Guimarães.

PÁG.7

Câmara entrega Medalha do Mérito a ministro maranhense e outras 31 autoridades do País

GIL MARANHÃO

Trinta e duas autoridades brasileiras, entre elas o maranhense Reynaldo Soares da Fonseca, ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), foram agraciadas pela Câmara dos Deputados nesta quarta-feira (24) com a Medalha Mérito Legislativo, reconhecimento destinado a pessoas e entidades que prestaram serviços relevantes ao Poder Legislativo ou ao Brasil. A premiação aconteceu em sessão solene no Plenário Ulysses Guimarães.

Entre os homenageados deste ano estão também o presidente da República, Jair Bolsonaro (sem partido); o Papa Francisco e o fotógrafo Sebastião Salgado. A medalha foi criada em 1983 e é conferida pela Mesa Diretora da Casa para a condecoração de autoridades, personalidades, instituições ou entidades, campanhas, programas ou movimentos de cunho social, civil ou militar, nacionais ou estrangeiros, que tenham prestado serviços relevantes ao Poder Legislativo ou ao Brasil.

MARINA RAMOS/CÂMARA DOS DEPUTADOS



Reynaldo Soares da Fonseca recebe a Medalha do Mérito Legislativo 2021 do deputado Edilázio Jr e do presidente da Câmara Federal, Arthur Lira

O ministro Reynaldo Soares foi indicado pelo deputado federal Edilázio Jr (PSD-MA) pelos serviços prestados no âmbito da magistratura e exercício da Justiça no país. O parlamentar destacou que o magistrado “tem uma carreira de respeito e um currículo irretocável, presta um serviço valiosíssimo ao País”, e que “a exemplo do ministro, o povo maranhense é humilde, aguerrido, trabalhador e nunca

desiste da luta.”

“Foi uma honra homenagear um maranhense, ministro do STJ, com a maior comenda da Câmara Federal. Ele tem relevante atuação e serviços prestados ao país”, disse após a solenidade. “É uma figura respeitadíssima nacionalmente. Foi um reconhecimento muito justo. A comenda está em boas mãos e muito bem a altura do homenageado”, acrescentou Edilázio.

QUEM É

Reynaldo Soares da Fonseca iniciou a carreira jurídica como servidor do Tribunal de Justiça do Maranhão, de 1982 a 1985, e da Justiça Federal no Maranhão, de 1985 a 1986. Foi procurador do Estado do Maranhão de 1986 até 1992, quando foi aprovado nos concursos públicos para os cargos de procurador do Distrito Federal, para o qual foi nomeado mas não tomou posse, e juiz de direito do Distrito Federal e Territórios, função que exerceu de 1992 até o ano seguinte, quando foi aprovado para o cargo de juiz federal da primeira região.

Em 2009, foi promovido ao Tribunal Regional Federal da Primeira Região. Em 2015, foi nomeado para o cargo de ministro do STJ, em vaga destinada a membro do Tribunal Regional Federal. A indicação foi aprovada pelo Senado Federal com 56 votos favoráveis e 3 contrários. Tomou posse no dia 26 de maio. Em 2017, foi um dos cotados para o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal